O acerto da política econômica do governo Dilma



Por Cláudio Puty, no jornal O Liberal

A política econômica do governo Dilma Rousseff é alvo, todos os dias, de ataques da imprensa conservadora e de “especialistas antenados com o mercado”. Argumentam que o governo federal não conseguirá cumprir as metas fiscais, o que assustará os investidores internacionais. Dia desses, um exministro tucano chegou a dizer que 2014 poderia repetir 2002, quando uma revoada de recursos internacionais gerou sérias turbulências no país.

Esqueceu-se de dizer o senhor ex-ministro que boa parte da turbulência de 2002 deveu-se ao terrorismo semeado pela atual oposição, trombeteando que a posse de Lula na Presidência representaria o caos econômico.

É o que tentam esses mesmos setores fazer agora, de olho na próxima eleição presidencial. Mas serão derrotados como já foram em 2002, 2006 e 2010. E o serão enquanto não perceberem que o país mudou. Para muito melhor.

Vamos aos fatos: quem disse que as metas fiscais do governo não serão cumpridas? Não há nenhuma evidência disso. Pelo contrário, o histórico de resultados fiscais do governo, publicado pelo Banco Central, evidencia que nos últimos dez anos (2002-2012) os governos Lula e Dilma apresentaram performance positiva, com o governo central mostrando desempenho médio na faixa de 2,4% do PIB, nos resultados primários ao longo do período.

Veja-se também o caso das concessões. Os mesmos corneteiros do caos econômico asseguravam que o Brasil perdera a credibilidade diante dos investidores internacionais, o que conduziria ao fracasso nas licitações. Pois não é que a concessão dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais, geraram ágio recorde? Outros excelentes resultados vieram com a concessão da BR-163 e da exploração de gás de xisto em terra. Onde está a falta de credibilidade?

Mais um alvo da banda de música conservadora na imprensa tem sido a inflação. Ocorre que ela está dentro dos limites, ainda que sob a tensão característica dos momentos de consumo aquecido. O que vem levando o governo federal a adotar medidas de extrema prudência, como a elevação da taxa Selic, de maneira a conter o

consumo. Mas onde está o descontrole de preços a não ser em manchetes apressadas ou mal-intencionadas?

A política econômica e fiscal da presidente Dilma tem sido límpida. De um lado, o governo federal não abre mão dos investimentos infraestruturais chaves.Com eles, estimula a iniciativa privada a investir. Isso é fundamental para elevar a taxa de investimento, dos atuais 19% para 25% do PIB, por exemplo. úmero que garantia um crescimento econômico confortavelmente sustentável.

É natural que o investidor privado esteja arisco,diante de uma situação internacional ainda incerta e quando os Estados Unidos retomam o seu crescimento. O que, dada à pujança da maior economia do mundo, funciona como um potente aspirador de investimentos estrangeiros.

Ainda assim, o investidor acredita no Brasil. Nossas concessões de aeroportos e de exploração de petróleo e gás estão atraindo pesos-pesados da Europa, Ásia e América do Sul. Assim como as maiores empresas brasileiras, que também estão firmes na disputa pelas concessões rodoviárias.

É assim, estimulando o crescimento, que a presidente Dilma pretende cumprir as metas fiscais e continuar atraindo investidores estrangeiros, além de controlar a inflação. Sem abrir mão das políticas sociais de inclusão, que tiraram milhões de brasileiros da miséria nos últimos anos.
Trata-se de preservar o caráter do Estado como indutor do crescimento econômico, escapando da ditadura do mercado e de suas consequências: “ajustes” como os praticados nos últimos anos em diversos países europeus. E que significam, na prática, o ajuste mais apertado dos cintos dos pobres.

Responsabilidade fiscal não precisa necessariamente rimar com irresponsabilidade social. O governo Dilma Rousseff vem provando isso. É o que mais irrita certos “analistas”, que não vêem outra alternativa senão travestir-se de profetas do caos.

*** Cláudio Puty é Deputado Federal e membro da Coordenação Nacional da DS.**

Compartilhe nas redes: